MARCELO SANTOS MATUK FERREIRA

O EFEITO DEVOLUTIVO DA APELAÇÃO CIVIL

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Associado Dr. Antonio Carlos Marcato

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2019**

MARCELO SANTOS MATUK FERREIRA

O EFEITO DEVOLUTIVO DA APELAÇÃO CIVIL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Processual, sob a orientação do Professor Associado Dr. Antonio Carlos Marcato.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2019**

Catálogo da Publicação

Matuk Ferreira, Marcelo Santos

O efeito devolutivo da apelação civil / Marcelo Santos Matuk Ferreira. - São Paulo: USP / Faculdade de Direito, 2019.
108f.

Orientador: Professor Associado Dr. Antonio Carlos Marcato.

Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, USP, Programa de Pós-Graduação em Direito, área de concentração, Direito Processual, 2019.

1. Código de Processo Civil. 2. Efeito devolutivo. 3. Recurso de apelação. 4. Capítulos de sentença. 5. I. Duplo grau de jurisdição. Marcato, Antonio Carlos. II. Título.

CDU

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Marcelo Santos Matuk Ferreira

Título: O efeito devolutivo da apelação civil

Natureza: Dissertação de Mestrado

Instituição: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Programa de
Pós-Graduação em Direito

Orientador: Professor Associado Dr. Antonio Carlos Marcato

Área de Concentração: Direito Processual

Data da Banca: _____

Banca Examinadora

Professor Associado Dr. Antonio Carlos Marcato (Orientador)

Prof. Dr. _____

Prof. Dr. _____

Prof. Dr. _____

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Adriene e Eduardo, que sempre me inspiraram, incentivaram, e me aguardavam a cada madrugada no retorno para casa.

A Deus pela oportunidade única, pela saúde e disposição de enfrentar a distância sempre em segurança e paz.

À minha esposa Larissa por todo apoio, paciência, amor e cumplicidade dos momentos de estudo.

Aos meus sempre amigos Fulvio, Marco Aurélio e Rodrigo Nogueira, que me acolheram em seus lares e me apoiaram nessa longa jornada, embarcando ainda nessa grande busca do conhecimento.

Ao meu Orientador e Professor Dr. Antonio Carlos Marcato, os meus sinceros agradecimentos pelas críticas e lições sem as quais esse trabalho não chegaria ao seu termo. Agradeço-o, especialmente, pela amizade, generosidade e paciência que me foram devotados. Minha eterna gratidão e admiração.

A todos que fizeram parte deste momento de dificuldade, sacrifício e realização.

A todos, meu sincero muito obrigado.

MATUK FERREIRA, Marcelo Santos. *O efeito devolutivo da apelação civil*. 108f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

RESUMO

Com o advento das mudanças do Código de Processo Civil pela Lei 13.105/2015, posições doutrinárias foram adotadas pelo legislador. Objetiva-se analisar as diversas correntes quanto à devolução da matéria ao órgão ad quem por meio do recurso de apelação. Efetuou-se, então, a análise da abrangência e limite da sentença e da atuação do órgão ad quem quando provocado, utilizando-se estudo da legislação atual e anterior, nacional e estrangeira, e com uso de metodologia de pesquisa bibliográfica. Analisaram-se a formação dos capítulos de sentença, o duplo grau de jurisdição, o conteúdo do recurso de apelação e a autonomia do órgão ad quem na análise recursal. Constataram-se a existência de diversas correntes quanto aos assuntos abordados e a falta de adoção de um único posicionamento pelos Tribunais. Concluiu-se a necessidade de renovação da interpretação e efetivação do efeito devolutivo em sua extensão e profundidade.

Palavras-chave: Código de Processo Civil. Efeito devolutivo. Recurso de apelação. Sentença. Capítulos de sentença. Duplo grau de jurisdição.

MATUK FERREIRA, Marcelo Santos. *O efeito devolutivo da apelação civil*. 108p. Dissertation (Master's Degree) – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2019.

ABSTRACT

Lawmakers adopted doctrinal positions after the changes in the Code of Civil Procedure by law number 13.105/2015. The objective herein is to analyze the many currents regarding the return of the matter to the Superior Court through the appeal. The analysis of the scope of the sentence and the Superior Court's interaction when provoked was carried out, using a study of the current and previous, national and foreign legislation and using a bibliographic research methodology. The sentence chapters formation, the jurisdiction double degree, the appeal content and the Superior Court's autonomy in the review process were then analyzed. There were several currents on the addressed issues and a lack of adoption of a single position by the Courts. It was concluded that one needs considerate a new interpretation and higher performance of the devolutive effect in its extension and depth.

Keywords: Code of Civil Procedure. Devolutive effect. Appeal. Sentence. Sentence chapters. The jurisdiction double degree.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. DA SENTENÇA E DA APELAÇÃO	9
2.1. O recurso como meio de impugnação das decisões judiciais	9
2.2. O duplo grau de jurisdição	12
2.3. Sentença	17
2.3.1. <i>Error in procedendo</i> e <i>error in iudicando</i>	19
2.3.2. Sentença <i>citra petitum</i>	21
2.3.3. Sentença <i>ultra</i> e <i>extra petitum</i>	23
2.3.4. Decisão parcial de mérito	24
2.4. Capítulos de sentença	31
2.4.1. Recurso integral e recurso parcial	36
2.4.2. Ainda sobre os capítulos da sentença: hipóteses	41
2.5. A apelação civil	44
3. O EFEITO DEVOLUTIVO	49
3.1. Critérios distintos	51
3.1.1. Conteúdo do recurso	51
3.1.2. Conteúdo da decisão impugnada	54
3.1.3. Órgão destinatário do recurso	55
3.1.4. Conclusão	57
3.2. Pedidos implícitos	58
3.3. Efeito translativo	61
3.4. A teoria da causa madura	64
3.5. <i>Reformatio in pejus</i>	69
4. A EXTENSÃO E A PROFUNDIDADE DO EFEITO DEVOLUTIVO DA APELAÇÃO CIVIL	73
4.1. A extensão e a matéria devolvida	76
4.2. A profundidade do efeito devolutivo, a fundamentação e as questões em discussão	79
4.3. O art. 1.013, §§ 1º e 2º do Código de Processo Civil	84
4.4. A inovação recursal quanto as questões de fato e de direito	87
5. CONCLUSÃO	95
REFERÊNCIAS	99

1. INTRODUÇÃO

O princípio da invariabilidade da sentença vincula a autoridade judiciária à sentença por ela proferida, impedindo que a revogue ou a modifique na sua substância, exceto por meio de recurso.

Conforme o art. 1.009 do Código de Processo Civil, da sentença caberá o recurso de apelação. Considerada como recurso por excelência, a apelação é o recurso que permite o reexame das questões de fato e de direito decididas na sentença por um órgão hierarquicamente superior.

Da apelação, são dois seus efeitos: o devolutivo e o suspensivo. Peculiar a todos os recursos, o efeito devolutivo, surgido no direito romano, enfatizava o poder monopolizado do soberano em examinar e julgar causas e recursos independente em que grau fosse. Assim, por meio do recurso, a jurisdição para o julgamento da causa, inicialmente delegada pelo imperador, a ele era devolvida. Tal procedimento tem-se como adotado pela maior parte dos ordenamentos jurídicos, evidenciando nestes o princípio do duplo grau.

Com a evolução de nosso Código de Processo Civil o efeito devolutivo se mostrou cada vez mais peculiar, impondo situações que geraram entendimentos e correntes doutrinárias que até hoje se mostram atuais e fundamentadas gerando até mesmo conflito nos próprios Tribunais.

O presente trabalho introduzirá o leitor ao conceito doutrinário do efeito devolutivo, sempre com enfoque ao recurso de apelação, apresentando ainda algumas das inúmeras discussões quanto às situações que o Judiciário acaba por enfrentar, apresentando hipóteses para um melhor estudo do efeito em sua extensão e profundidade, atualizando os dispositivos legais das obras utilizadas para facilitar e direcionar a leitura.

No segundo capítulo tecerá considerações relevantes quanto a sentença, questões que podem levar sua nulidade e a atual situação da decisão parcial de mérito. Será analisado ainda o princípio do duplo grau e sua posição ou não como garantia constitucional, buscando ainda ilustrar a figura do recurso de apelação e a definição e identificação dos capítulos de sentença. Ainda neste primeiro

capítulo serão analisadas as peculiaridades do recurso parcial e hipóteses apresentadas.

No terceiro capítulo adentrará ao tema central do trabalho, estudando os critérios distintos para definição de um conceito único quanto ao efeito devolutivo, entendendo sua complexidade quanto à devolução da matéria ao órgão *ad quem*, entrando em temas de extrema relevância como o efeito translativo, a teoria da causa madura e a proibição ou não da *reformatio in pejus* e sua abrangência.

Já no quarto capítulo fará as últimas análises quanto a extensão e profundidade diante questões mais peculiares, dando enfoque ainda aos parágrafos 1º e 2º do art. 1.013 do Código de Processo Civil.

Finalizando o trabalho buscará conclusões quanto aos pontos abordados, acreditando ser possível entender por uma necessidade de nova interpretação, limitação e aplicação do efeito devolutivo, diante as alterações do código pelo legislador e a falta de positivação expressa no ordenamento nacional, dando ênfase ao imposto no comando do art. 10 do Código de Processo Civil e a necessidade ou não da prevalência da vontade das partes.

5. CONCLUSÃO

O sistema recursal previsto no Código de Processo Civil está sempre sofrendo relevantes modificações visando atingir a melhor prestação jurisdicional àqueles que buscam seus direitos.

A tarefa de pesquisa e interpretação realizada poderia resumir-se aos textos legais, porém, como visto, não seria o suficiente para uma análise mais aprofundada do efeito devolutivo da apelação e suas peculiaridades. A discrepância entre as diversas teorias que explicam e aplicam o efeito recursal mostra a necessidade de o legislador, assim como em outros ordenamentos estrangeiros, de se posicionar quanto aos limites, dando ênfase à extensão e profundidade do efeito devolutivo para que a interpretação não ganhe mais teorias a cada situação que o cotidiano nos apresenta.

Uma vez provocado por interesse do recorrente, o efeito devolutivo possibilita a nova apreciação da matéria já decidida em primeiro grau, pelo órgão *ad quem*, porém não poderia ser tão simples assim. Como elemento indispensável ao recurso, concluímos que o efeito devolutivo não só possibilita a nova apreciação, mas transfere o dever de julgamento da matéria à instância recursal, que deverá realizar nova análise da matéria já decidida e também da matéria ainda não decidida, ainda que isso implique em julgamento originário.

De forma objetiva, podemos dividir o efeito devolutivo em extensão e profundidade, sendo o primeiro referente ao limite horizontal e o segundo ao limite vertical. O limite do objeto do recurso de apelação é o interesse recursal pelo qual o recorrente busca obter situação mais vantajosa que aquela advinda da sentença não podendo ser conhecido pelo tribunal o que venha a exceder a esse limite.

Diante a necessidade de delimitação e, então, demonstração de interesse pelo recorrente, a apelação que não especifica os pontos da decisão objeto do recurso não deverá ser conhecida por contrariar o imposto pelo art. 1.010 ainda diante a notória falta de interesse. Poderá, no entanto, ser objeto de apelação matéria que não foi objeto de apreciação de forma expressa em sentença.

Conforme se demonstrou, o princípio dispositivo é peça essencial na aplicação do efeito devolutivo no recurso de apelação, apesar de alguns conflitos doutrinários quanto a abrangência da análise *ex officio*. Porém, ainda com o advento do art. 10 do Código de Processo Civil, a vontade das partes se mostra cada vez mais presente no desenvolver da lide, sendo determinante quanto à matéria devolvida ao órgão *ad quem* que deverá limitar seu pronunciamento ao que lhe foi dado o dever de se manifestar. Ora, do contrário bastasse um recurso de apelação genérico, o que certamente, além de abarrotar os tribunais recursais, traria ainda a desvalorização e falta de credibilidade ao juízo de primeiro grau.

Para a delimitação da matéria recorrida há a necessidade de se partilhar a sentença em capítulos, construindo assim, inclusive, a lógica da decisão, permitindo o enfoque apenas da matéria de interesse do recorrente resultando, por outro lado, na impossibilidade de modificação daquilo que não foi objeto recursal dando ênfase à satisfação dos jurisdicionados quanto ao que restou decidido.

Mas não só as matérias apontadas pelas partes são objetos do efeito devolutivo. Por força de lei, os pedidos implícitos – juros legais, correção monetária, custas e honorários sucumbenciais – acompanham todas as fases processuais, sendo sempre objeto de apreciação mesmo que sem provocação, vez que não se tratam de condenação ao perdedor, mas sim de medida compensatória ao vencedor da lide.

Para ocorrência do efeito devolutivo, mostrou-se imperial a existência do duplo grau de jurisdição que, apesar de parte da doutrina defender o princípio como uma garantia constitucional, devido à própria Constituição Federal excluí-lo de determinados procedimentos, este se identifica então como princípio constitucional que, apesar de não ser garantido a todos, deve nortear o legislador e o juiz, nunca podendo ser objeto de negociação entre as partes.

Ainda quanto às questões de ordem pública, em estudo quanto ao efeito translativo, pode-se concluir pela necessidade de este estar sempre presente, porém sua aplicação não poderá ser feita de forma ampla. A atuação do órgão recursal quanto às questões de ordem pública em que deverá atuar mesmo sem provocação das partes deverá se limitar à extensão do efeito devolutivo, garantindo não só que a vontade das partes quanto à reanálise da sentença

quanto também a não ocorrência de decisão surpresa, hoje expressamente vedado pelo art. 10 do Código de Processo Civil.

Porém, apesar de se defender a limitação do efeito translativo pela extensão do efeito devolutivo isto não ocorre no que toque à aplicação da teoria da causa madura. Tendo como objetivo a otimização do julgamento de processos em ganho de celeridade e economia processual, e não de proteção do interesse particular do recorrente, a teoria da causa madura se mostra ligada não ao efeito devolutivo, então, mas sim ao efeito translativo, sendo posição adotada pelo Superior Tribunal de Justiça de que a aplicação da teoria da causa madura poderá inclusive gerar prejuízo à parte sem que se opere a *reformatio in pejus* do apelante. Tal entendimento se dá por não se identificar o agravamento da situação do recorrente que instaura a fase recursal almejando situação vantajosa, mas sim por o órgão *ad quem* tomar medida de efetivação da prestação jurisdicional.

Não se negar que o juiz sempre deverá zelar pela efetivação da prestação jurisdicional, porém a análise de questões de ordem tem sua abrangência limitada. Conclui-se que, apesar do dever de atuação de ofício, qualquer constatação de questão prejudicial, ainda que não atacada pelo recorrente, terá sua eficácia limitada à extensão do efeito devolutivo, ou seja, identificado a ilegitimidade da parte em fase recursal, a extinção da lide se limitará aos capítulos da sentença devolvidos pelo recurso de apelação.

Neste sentido é preciso reconhecer que a redação dada pela Lei 13.105/2015 ao Código de Processo Civil trouxe posicionamento do legislador a diversas questões, porém ainda é necessária maior objetividade a questões como o efeito devolutivo garantindo ao operador do direito maior segurança jurídica e padronização quanto ao procedimento. Por mais que isso possa criar uma situação ilógica, é forçoso lembrar que a lógica do processo não é a mesma do transeunte. São lógicas técnicas.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Eduardo Arruda. **Curso de direito processual civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

ALVIM, José Eduardo Carreira. **Ação monitória e temas polêmicos da reforma processual**. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

APRIGLIANO, Ricardo de Carvalho. **A apelação e seus efeitos**. São Paulo: Atlas, 2003.

ARAGÃO, Egas Dirceu Moniz de. Demasiados recursos? In: FABRÍCIO, Adroaldo Furtado (Org.). **Meios de impugnação ao julgado cível: estudos em homenagem a José Carlos Barbosa Moreira**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

_____. **Embargos infringentes**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1973.

ARAGÃO, Paulo Cezar. Apelação - direito processual civil. In: DIGESTO de processo. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

ARMELIN, Donaldo. Notas sobre a ação rescisória em matéria arbitral. *Revista de Arbitragem e Mediação*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 11-20, jan./abr. 2004.

ARRUDA ALVIM, José Manoel de. **Código de Processo Civil comentado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1975.

_____. Notas sobre algumas mudanças verificadas com a Lei 10.352/2001. In: NERY JÚNIOR, Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coords.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e afins**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. v. 6.

ASSIS, Araken de. **Doutrina e prática do processo civil contemporâneo**. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2001.

_____. Efeito devolutivo da apelação. In: MAZZEI, Rodrigo Reis (Ed.). **Dos recursos: temas obrigatórios e atuais**. Vitória: ICE, 2002. v. 2.

_____. **Manual dos recursos**. 3. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2011.

AVEZUM, Luis Renato. A existência do agravo de instrumento adesivo. **Jota**, 25 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/existencia-de-agravo-de-instrumento-adesivo-25072016>>. Acesso em: 12 maio 2018.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. **Comentários ao Código de Processo Civil**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

_____. **Comentários ao Código de Processo Civil**. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

_____. O juízo de admissibilidade no sistema dos recursos civis. **Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado da Guanabara**, Rio de Janeiro, v. 19, 1968.

_____. **O novo processo civil brasileiro**. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

_____. **Temas de direito processual**. São Paulo: Saraiva, 1980.

BARIONI, Rodrigo. **Efeito devolutivo da apelação civil**. 2. tir. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Apelação**: questões sobre admissibilidade e efeitos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. v. 7.

_____. Os elementos objetivos da demanda examinados à luz do contraditório. In: CRUZ E TUCCI, José Rogério; BEDAQUE, José Roberto dos Santos (Coords.). **Causa de pedir e pedido no processo civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

_____. **Os poderes instrutórios do juiz**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

BERMUDES, Sérgio. Considerações sobre a apelação no sistema recursal do Código de Processo Civil. In: BERMUDES, Sérgio. **Direito processual civil**: estudos e pareceres: 3. série. São Paulo: Saraiva, 2002.

BETTI, Emilio. **Diritto processuale civile italiano**. 2. ed. Roma: Foro Italiano, 1936.

BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. **Comentários ao Código de Processo Civil**: artigos 994 a 1.044. Dos recursos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BONÍCIO, Marcelo José Magalhães. **Capítulos da sentença e efeitos dos recursos**. São Paulo: RCS, 2006.

_____. Notas sobre a tutela antecipada “parcial” na nova reforma do Código de Processo Civil. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 92, n. 808, p. 72-81, fev. 2003.

BONSIGNORI, Angelo. L'effetto devolutivo dell'appello. **Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile**, Milano, 1983.

BORTOWSKI, Marco Aurélio. **Apelação cível**. Porto Alegre: Livr. do Advogado, 1997.

BRESOLIN, Umberto Bara. **Revelia e seus efeitos**. São Paulo: Atlas, 2006

BRUSCHI, Gilberto Gomes. **Apelação civil**: teoria geral, procedimento e saneamento de vícios pelo tribunal. São Paulo: Saraiva, 2012.

BUENO, Cássio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil**. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. **Manual de direito processual civil**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2017.

BUZAID, Alfredo. **Do agravo de petição no sistema do Código de Processo Civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1956.

CALAMANDREI, Piero. Appunti sulla "reformatio in pejus". In: **STUDI sul processo civile**, 1934. v. 8.

_____. La teoria dell'error in iudicando nel diritto italiano intermedio. **Opere Giuridiche**, v. 8, p. 147-244, 1979.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O novo processo civil brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2015.

CARNEIRO, Athos Gusmão. **Da antecipação de tutela**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

CARNELUTTI, Francesco. Capo di sentenza. **Rivista di Diritto Processuale Civile**, v. 10, 1933.

_____. **Trattato del processo civile**. Napoli: Morano, 1962.

CHIOVENDA, Giuseppe. **Principii di diritto processuale civile**. Napoli: N. Jovene, 1923.

CINTRA, Antonio Carlos Araújo. **Sobre os limites objetivos da apelação civil**. 1986. Tese (Professor titular) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

_____; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria geral do processo**. 25. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2009.

COSTA, Alfredo de Araujo Lopes da. **Direito processual civil brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1959.

COSTA, Sérgio. Contributo al concetto di 'capo' di sentenza nel processo civile'. **Studi Sassaresi**, v. 10, 1931.

COUTURE, Eduardo Juan. **Fundamentos del derecho procesual civil**. 3. ed. Buenos Aires: Roque Depalma, 1978.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. **Comentários ao Código de Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2016. 162v.

_____. Reflexões sobre a cumulação subsidiária de pedidos. **Revista dos Tribunais**, 2002.

_____; AZEVEDO, Luiz Carlos. **Lições de história do processo civil romano**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

CUNHA, Leonardo José Carneiro da. O §6º do art. 273: tutela antecipada parcial ou julgamento antecipado parcial da lide? **Revista Dialética de Direito Processual**, v. 1, 2003.

DE SANTO, Victor. **Tratado de los recursos**. Buenos Aires: Editorial Universidad, 1987.

DELLORE, Luiz Guilherme. **Estudos sobre coisa julgada e controle de constitucionalidade**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro da. **Curso de direito processual civil**. Salvador: JusPodivm, 2006.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Capítulos de sentença**. 5. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2002.

_____. Os efeitos dos recursos. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; NERY JÚNIOR, Nelson (Coords.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. v. 5.

_____. **Instituições de direito processual**. 3. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2003.

_____. **Nova era do processo civil**. 4. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2013.

_____. **A reforma da reforma**. 2. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2002.

DONOSO, Denis. Efeito suspensivo no recurso de apelação: como, para quem e quando pedir? **Carta Forense**, 03 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/efeito-suspensivo-no-recurso-de-apelacao-como-para-quem-e-quando-pedir/17229>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

ELIAS, Carlos Eduardo Stefen. **Apelação**: os limites objetivos do efeito devolutivo. São Paulo: Atlas, 2010.

ENGLISH, Karl. **Introdução ao pensamento jurídico**. Trad. J. Baptista Machado. 7. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1996.

FAGUNDES, Seabra. **Dos recursos ordinários em matéria civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1946.

FASCHING, Hans Walter. **Kommentar zu den zivilprozessgesetzen**. Zurique: Manz, 1974.

FENOCHIETTO, Carlos Eduardo. **Curso de derecho procesal**. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1978.

FERREIRA FILHO, Manoel Caetano. **Comentários ao código de processo civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

FUX, Luiz. **Curso de direito processual civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

_____. (Coord.). **Novo Código de Processo Civil**: comparado - Lei 13.105/2015. 3. ed. São Paulo: Método, 2016.

GIUDICEANDREA, Nicola. **Le impugnazioni civili**. Milano: Giuffrè, 1952.

GOLDSCHMIDT, James. **Derecho procesal civil**. Trad. Leonardo Prieto Castro. Barcelona: Labor, 1936.

GONZÁLEZ, Manuel Richard. *La segunda instancia en el proceso civil*. Barcelona: Cedes, 1998.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito processual civil brasileiro**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Direito processual civil**. 2. ed. São Paulo: J. Bushastsky, 1975.

_____. Um enfoque constitucional da teoria feral dos recursos. In: GRINOVER, Ada Pellegrini. **O processo em evolução**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

GUASP, Jaime. **Derecho procesal civil**. 3. ed. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1968.

GUIMARÃES, Luiz Machado. **Limites objetivos do recurso de apelação**. Rio de Janeiro: Instituto de Direito Processual, 1962.

HITTERS, Juan Carlos. **Técnica de los recursos ordinários**. 2. ed. La Plata: Platense, 2000.

JORGE, Flávio Cheim. **Breves comentários ao novo Código de Processo Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

_____. **Teoria geral dos recursos cíveis**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

LARENZ, Karl. **Metodologia da ciência do direito**. Trad. José Lamago. 3. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.

LENT, Friedrich. **Direito processual civil**. Trad. Francisco Alberto Barceló Silveira Ramos. 25. ed. Coimbra: Almedina, 2002.

LIEBMAN, Enrico Tullio. **Manual de direito processual civil**. Trad. Cândido Rangel Dinamarco. 3. ed. São Paulo: Malheiros Ed., 2005.

_____. **Manuale di diritto processuale civile**. 4. ed. Milano: Giuffrè, 1981.

_____. Notas de Enrico Tullio Liebman. In: CHIOVENDA, Giuseppe. **Instituições de direito processual civil**. Notas de Enrico Tullio Liebman. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1969. v. 1.

_____. Parte o capo di sentenza. **Rivista di Diritto Processuale**, Milano, v. 19, 1964.

LIMA, Alcides de Mendonça. **Introdução aos recursos cíveis**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1976.

LOUTAYF RANEA, Roberto. **El recurso ordinario de apelación en el proceso civil**. Buenos Aires: Astrea, 1989.

LUISO, Francesco P. **Diritto processuale civile**. Milano: Giuffrè, 1997. v. 2.

MARCATO, Ana Cândida Menezes. **O princípio do duplo grau de jurisdição e a reforma do Código de Processo Civil**. São Paulo: Atlas, 2006.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Tutela antecipatória, julgamento antecipado e execução imediata da sentença**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

_____.; ARENHART, Sérgio Cruz. **Manual do processo de conhecimento**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

MARQUES, José Frederico. **Instituições de direito processual civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1963.

_____. **Manual de direito processual civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1976.

MARTINS, Pedro Batista. **Recursos e processos da competência originária dos tribunais**. Rio de Janeiro: Forense, 1957.

MAZZEI, Rodrigo Reis. O efeito devolutivo e seus desdobramentos. In: MAZZEI, Rodrigo Reis (Org.). **Dos recursos**: temas obrigatórios e atuais. Vitória: ICE, 2002. v. 2.

MEDINA, José Miguel Garcia. **Novo Código de Processo Civil comentado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MELLO, Rogério Licastro Torres de. **Breves comentários ao novo Código de Processo Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MIRANDA, Gilson Delgado; PIZZOL, Patricia Miranda. **Recursos no processo civil**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MITIDIERO, Daniel. Direito fundamental ao julgamento definitivo da parcela incontroversa: uma proposta de compreensão do art. 273, §6º, do CPC, na perspectiva do direito fundamental a um processo sem dilações indevidas (art. 5º, LXXVII, da CF/1998). **Revista de Processo**, São Paulo, v. 32, n. 149, p. 105-119, jul. 2007.

MONTESANO, Luigi; ARIETA, Giovanni. **Diritto processuale civile**. Torino: G. Giappichelli, 1996.

NERY JÚNIOR, Nelson. **Princípios do processo civil na Constituição Federal**. 8. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2004.

_____. **Recursos no processo civil**. 6. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2004.

_____. **Teoria geral dos recursos**. 6. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2004.

NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil comentado e legislação processual civil extravagante em vigor**. 4. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 1999.

_____; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coords.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e assuntos afins**. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2007.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil**. 9. ed. Salvador: JusPodivm, 2017.

NOTARIANO JUNIOR, Antonio de Pádua. O duplo grau e o §3º do art. 515 do CPC, introduzido pela Lei 10.352/2001. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 29, n. 114, p. 187-207, mar./abr. 2004.

OLIVEIRA, Bruno Silveira de. Duplo grau de jurisdição: princípio constitucional? **Revista de Processo**, São Paulo, v. 33, n. 162, ago. 2008.

OLIVEIRA, Glaydson Kleber Lopes de. **Apelação no direito processual civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PASSOS, Calmon de. **O devido processo legal e o duplo grau de jurisdição**. São Paulo: Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, [s.d.].

PECZENIK, Aleksander. **On law and reason**. Harvard University, U.S.A.: Springer Science & Business Media, 1989.

PEREIRA, Joana Carolina Lis. **Recursos de apelação**. Curitiba: Juruá, 2003.

PINTO, Moreira. **A causa pretendi e o contraditório**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

PISANI, Andre Proto. **Lezioni di diritto processuale civile**. 2. ed. Napoli: Jovene, 1996.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Comentários ao Código de Processo Civil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

PROVINCIALI, Renzo. **Delle impugnazioni in generale**. Napoli: Morano, 1962.

RAITIO, Juha. **The principle of legal certainty in ec law**. Dordrecht: Springer Science & Business Media, 2003.

REIS, José Alberto dos. **Código de Processo Civil anotado**. Coimbra: Coimbra Ed, 1952.

REZENDE FILHO, Gabriel de. **Curso de direito processual civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1951.

RIZZI, Sérgio. **Ação rescisória**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1979.

_____. Recurso adesivo. **Revista dos Tribunais**, v. 30, p. 251–262, 1983.

ROSENBERG, Leo. **Tratado de derecho procesal civil**. Trad. Angela Romera Vera. Buenos Aires: Europa-America (EJEA), 1955.

SÁ, Djanira Ramadés de. **Duplo grau de jurisdição**: conteúdo de alcance constitucional. São Paulo: Saraiva, 1999.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. Aspectos da exibição preparatória de coisa e documento. **Revista de Processo**, São Paulo, 1974.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de direito processual civil**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

SCHÖNKE, Adolfo. **Derecho procesal civil**. Barcelona: Bosch, 1950.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. Algumas implicações do novo conceito de sentença no processo civil, de acordo com a lei n. 11.232/2005. In: CARMONA, Carlos Alberto (Coord.). **Reflexões sobre a reforma do Código de Processo Civil**: estudos em homenagem à Ada Pellegrini Grinover, Cândido Rangel Dinamarco e Kazuo Watanabe. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, José Afonso da. **Do recurso adesivo no processo civil brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977.

SILVA, José Milton da. **Dos recursos no direito processual civil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

SILVA, Márcio Henrique Mendes da. Tentativa de sistematização do efeito devolutivo dos recursos: perspectiva de interpretação instrumental. In: NERY JÚNIOR, Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (Coords.). **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

SIQUEIRA, Thiago Ferreira. Duplo grau de jurisdição e “teoria da causa madura” no novo Código de Processo Civil. In: MACÊDO, Lucas Buril de; PEIXOTO, Ravi; FREIRE, Alexandre (Orgs.). **Processo nos tribunais e meios de impugnação às decisões judiciais**. 2. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2016. (Coleção Novo CPC - Doutrina Seleccionada - v. 6).

SOUZA, Bruno Rodrigues de. **Julgamento antecipado parcial de mérito**. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

SOUZA, Oreste Nestor de. **Duplo grau de jurisdição no direito processual**. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 1995.

TALAMINI, Eduardo. Julgamento “antecipado” e julgamento parcial do mérito. **Migalhas**, 04 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI235085,41046-Julgamento+antecipado+e+julgamento+parcial+do+merito>>. Acesso em: 04 dez. 2018.

_____. Saneamento do processo. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 22, n. 86, p. 76-111, abr./jun. 1997.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. 50. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

_____. **Recursos**: direito processual ao vivo. Rio de Janeiro: Aide, 1991.

TUCCI, Rogério Lauria. **Curso de direito processual**: processo de conhecimento. São Paulo: Bushatsky, 1976.

VELLANI, Mario. Appello (diritto processuale civile). In: ENCICLOPEDIA del diritto. Milano: Giuffrè, 1958.

VESCOVI, Enrique. **Los recursos judiciales y demás medios impugnativos en Iberoamérica**. Buenos Aires: Depalma, 1988.

VIDIGAL, Luis Eulálio de Bueno. **Da ação rescisória dos julgados**. São Paulo: Saraiva, 1948.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso avançado de processo civil**: cognição jurisdicional. 16. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2016.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. **Os agravos no CPC brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

_____. **Nulidades do processo e da sentença**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

_____; MEDINA, José Miguel Garcia. **Recursos e ações autônomas de impugnação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

ZAVASCKI, Teori Albino. **Antecipação da tutela**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.